

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Pelo presente instrumento particular, (1.) **CONSTRUTORA SULTEPA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Florianópolis, 1.000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 89.723.993/0001-33, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "EMISSORA"), e, como agente fiduciário nomeado nesta escritura de emissão e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão, (2.) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO"), vêm por esta e em regular forma de direito, celebrar a presente Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples da Construtora Sultepa S.A. (doravante, respectivamente, a "Escritura" e as "DEBÊNTURES"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

1. A presente Escritura é celebrada com base na autorização da Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 28 de dezembro de 1999.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

2. A emissão das DEBÊNTURES será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente emissão de DEBÊNTURES será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("Emissão" e "CVM"), na forma das Leis nº 6.385/76 e nº 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2. Arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

A Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 1999 foi arquivada no Registro de Comércio, e publicada no dia 7 de janeiro de 2000, no Jornal do Comércio de Porto Alegre e na Gazeta Mercantil, edição São Paulo.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Estância Velha, de acordo com o artigo 62, inciso II da Lei nº 6.404/76.

2.4. Da Delegação de Poderes ao Conselho de Administração

2.4.1. Foram delegados ao Conselho de Administração da EMISSORA poderes para deliberar sobre determinadas condições da Emissão, na forma do disposto no parágrafo primeiro do artigo 59, da Lei nº 6.404/76.

2.4.2. Foram também delegados ao Conselho de Administração da EMISSORA, nos termos do Parecer CVM/PJU/nº 012/99, competência para deliberar sobre o cancelamento das DEBÊNTURES nas hipóteses de sobras de colocação ou de DEBÊNTURES em tesouraria. Dessa deliberação deverá participar, obrigatoriamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO que irá conferir e declarar a admissibilidade do cancelamento daquelas DEBÊNTURES especificadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA.

Cláusula Terceira - DA EMISSÃO**3.1. Procedimento de Colocação**

3.1.1. O lançamento das DEBÊNTURES será público, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para distribuição no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição de acordo com o disposto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

3.1.2. As instituições participantes da Emissão farão a colocação das DEBÊNTURES no mercado de balcão não organizado, mediante o atendimento preferencial aos seus clientes, atendendo à ordem cronológica dos pedidos, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.

3.2. Negociação

As DEBÊNTURES serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"), conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**4.1. Quantidade e Valor Nominal**

A Emissão será de 50.000 (cinquenta mil) DEBÊNTURES, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) ("Valor Nominal") na data de emissão, definida no item 4.6. abaixo.

4.2. Valor da Emissão

O valor da Emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na data de emissão, definida no item 4.6., abaixo.

4.3. Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

4.4. Forma e Conversibilidade

As DEBÊNTURES serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, servindo para os debenturistas como comprovante de titularidade das DEBÊNTURES, para todos os fins e efeitos, o Relatório de Posição de Ativos expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures da CETIP ou a cópia autenticada do Livro de Debêntures Nominativas.

4.5. Espécie

As DEBÊNTURES serão da espécie com garantia flutuante.

4.6. Data de Emissão

A data de emissão das DEBÊNTURES será 3 (três) de janeiro de 2000 (a "Data de Emissão").

4.7. Data de Vencimento

A data de vencimento das DEBÊNTURES será 30 (trinta) de abril de 2003 (a "Data de Vencimento").

4.8. Preço de Subscrição e Forma de Pagamento

As DEBÊNTURES serão subscritas pelo seu valor nominal acrescido dos juros remuneratórios acumulados, e não pagos, desde a Data de Emissão ou da data da última parcela de pagamento dos juros remuneratórios, até a data da efetiva subscrição e integralização das DEBÊNTURES. A integralização dar-se-á à vista, em moeda corrente nacional ou em créditos contra a Companhia representados por debêntures da primeira, segunda e terceira emissões da Companhia, no ato da subscrição.

4.9. Atualização do Valor Nominal

O Valor Nominal das DEBÊNTURES não será atualizado.

4.10. Juros Remuneratórios

4.10.1. As DEBÊNTURES farão jus ao recebimento de juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, equivalentes à 105% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) e no Jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, doravante denominada "Taxa DI", incidentes sobre o Valor Nominal das DEBÊNTURES ("Juros Remuneratórios").

Onde:

- a) "Período de Capitalização" - intervalo de tempo que se inicia na data de emissão das DEBÊNTURES, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

O pagamento de juros referente ao primeiro Período de Capitalização será devido em 30/04/2001, sendo os demais pagamentos efetuados semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, até o seu vencimento, de acordo com a tabela abaixo:

2º Pagamento:	30/10/2001
3º Pagamento:	30/04/2002
4º Pagamento:	30/10/2002
5º Pagamento:	30/04/2003

- b) "Subperíodo de Capitalização" ("Subperíodo") – prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- O primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na data de emissão das DEBÊNTURES e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
- Os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do Subperíodo anterior, e entendendo-se o prazo desta taxa como o novo Subperíodo corrente, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização; e
- As taxas dos Subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, por dias úteis, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left[\left(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_j \right) \times \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} - 1 \right]$$

onde:

J = Valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização.

VN = Valor Nominal da DEBÊNTURE no início do Período de Capitalização.

aj = Fator de variação da Taxa DI relativo ao Subperíodo "j".

(a1 x a2 x ... x aj) = Produto dos fatores aj no Período de Capitalização.

spread = 0 (zero).

n = Número de dias corridos do Período de Capitalização.

Os termos a_1 , a_2 , a_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$a_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{\text{FM}}{100} \right\} + 1$$

onde:

Taxa DI_j = Taxa DI divulgada pela CETIP, na forma percentual ao ano.

FM = Fator multiplicador a ser aplicado sobre a Taxa DI, correspondente a 105.

Para fins de elaboração, dos cálculos a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais, divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.10.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data do cálculo. Não serão devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

4.10.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, por prazo superior a 5 (cinco) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a EMISSORA, do parâmetro a ser aplicado.

4.10.3.1. Até a deliberação do parâmetro a ser aplicado, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.11. Pagamento do Principal e dos Juros Remuneratórios

Os pagamentos a que fazem jus as DEBÊNTURES serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou, na hipótese do debenturista não estar vinculado à CETIP; (ii) na sede da EMISSORA; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim.

4.12. Juros Moratórios e Multa Moratória

4.12.1. No caso de impontualidade da EMISSORA no pagamento de qualquer das parcelas do Principal e dos Juros Remuneratórios, nas datas em que forem devidos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, será devida adicionalmente às DEBÊNTURES, uma taxa de juros de 1% (hum por cento) ao mês ("Juros Moratórios"), calculada desde a data do vencimento da obrigação não cumprida, até a data da regularização dessa obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, sem prejuízo do direito do AGENTE FIDUCIÁRIO declarar o vencimento antecipado das DEBÊNTURES, na forma do disposto no item 4.14. desta Escritura.

4.12.2. Além dos Juros Moratórios, a EMISSORA estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da obrigação não cumprida ("Multa").

4.13. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.12. acima, o não comparecimento do debenturista, para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA com relação às DEBÊNTURES, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Moratórios, atualização monetária e Multa, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às DEBÊNTURES e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, na ocorrência dos seguintes eventos:

- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais), salvo se o protesto (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, (ii) se for cancelado o protesto ou (iii) se forem prestadas garantias em juízo no prazo máximo de 3 (três) dias da ocorrência do protesto;
- pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- liquidação ou decretação de falência da EMISSORA; e
- falta de cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso por escrito, enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.15. Resgate Antecipado

4.15.1. A EMISSORA reservar-se-á o direito de, conforme decisão do seu Conselho de Administração, a contar da data do primeiro dia após o início da distribuição pública e respeitando o prazo legal mínimo, se houver, promover o resgate das DEBÊNTURES em circulação, mediante o pagamento do seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, respeitado o disposto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio amplamente divulgado na imprensa, com a presença do AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.15.2. A EMISSORA deverá comunicar o resgate antecipado das DEBÊNTURES aos debenturistas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante publicação de aviso nos termos do item 4.18 desta Escritura.

4.16. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado DEBÊNTURES em circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As DEBÊNTURES objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou serem novamente colocadas no mercado.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações previstas ou decorrentes da presente Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo nos valores a serem pagos, se o vencimento coincidir: (i) no caso de pagamentos a serem efetuados na sede da EMISSORA, com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul, e (ii) no caso de pagamentos a serem realizados pela CETIP ou pela instituição financeira contratada para o pagamento das DEBÊNTURES, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da emissão das DEBÊNTURES, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos titulares das DEBÊNTURES, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Jornal do Comércio de Porto Alegre e na Gazeta Mercantil, edição regional São Paulo.

Cláusula Quinta - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia dos demonstrativos financeiros, relativos ao respectivo semestre social;
 - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos ao respectivo exercício social;
 - c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas nos termos da Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;
 - d) cópia, na data de sua publicação, de qualquer ato relativo à presente Emissão que venha a ser publicado pela EMISSORA, na forma do item 4.18. da Cláusula Quarta;
 - e) cópia de aviso aos debenturistas contendo informações das datas de pagamento do principal e dos juros;
 - f) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada.
- 5.1.2. Notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO de qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 2 (dois) dias úteis.
- 5.1.3. Não pagar dividendos, exceto os previstos no seu Estatuto Social, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento dos Juros Remuneratórios das DEBÊNTURES.
- 5.1.4. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame, por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.
- 5.1.5. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.
- 5.1.6. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das DEBÊNTURES, ou contratar instituições financeiras capacitadas para prestar esse serviço.
- 5.1.7. Manter os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.
- 5.1.8. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

5.2. A EMISSORA não tem qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer plenamente suas funções.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

- a) aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica, e nesta Escritura;
- b) aceitar integralmente a presente Escritura, em todas as suas cláusulas e condições;
- c) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas nos artigos 9º, inciso II, e 10, da Instrução CVM nº 28/83; e
- d) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

6.3. Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da presente Escritura, remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) o AGENTE FIDUCIÁRIO fará jus à seguinte remuneração:
 - a.i) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pela aceitação do serviço, pagos 50% (cinquenta por cento) dois dias após o “de acordo” com a proposta de serviço, e os 50% (cinquenta por cento) restantes, 30 dias após o pagamento da primeira parcela;
 - a.ii) parcelas semestrais de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), devidas a primeira, na data da assinatura da Escritura;
 - a.iii) parcelas de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para: (i) cada Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) ou reunião formal de debenturistas, e (ii) para cada reunião com a EMISSORA que seja por ela solicitada, devidas na data da realização da AGD ou reunião, acrescida do valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à preparação e implementação das decisões tomadas na AGD ou na reunião, devidas até que sejam concluídas as formalidades legais e/ou administrativas, inclusive registrado o aditamento à Escritura de Emissão no cartório de Registro de Imóveis, se for o caso;
- b) a remuneração prevista na letra “a” acima será devida mesmo após o vencimento das DEBÊNTURES, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada pela EMISSORA;

- c) a remuneração definida na letra “a” acima será atualizada pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento de cada parcela;
 - d) a remuneração tratada no presente item não inclui despesas com publicações, transportes, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
 - e) ocorrendo inadimplência da Emissora em relação a quaisquer obrigações por ela assumidas nesta Escritura, fica desde já acordado que todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
 - f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, em decorrência da remuneração de que trata a letra “a” supra, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) e juros de mora, na forma definida para as obrigações tratadas na presente Escritura;
 - g) as remunerações serão acrescidas dos seguintes Tributos: Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS ou qualquer outro tributo que venha a sucedê-lo), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 6.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:
- a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, será realizada assembleia dos debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das DEBÊNTURES em circulação, ou pela CVM.
 - b) caso a convocação não ocorra em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.
- 6.4.1. A substituição permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis juntamente com a Escritura. A substituição fica sujeita à comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.
- 6.4.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das DEBÊNTURES, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia de debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 6.4.3. O agente fiduciário substituído deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão.
- 6.4.4. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO substituído a parcela de remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data da efetiva substituição.
- 6.5. São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:
- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
 - b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
 - d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
 - f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das DEBÊNTURES, se houver;
 - h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
 - i) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
 - j) convocar, quando necessário, a assembleia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão;
 - l) comparecer à assembleia dos debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
 - m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b” da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m.i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - m.ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - m.iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;
 - m.iv) posição da distribuição ou colocação das DEBÊNTURES no mercado;
 - m.v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de debêntures efetuadas pela EMISSORA;
 - m.vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das DEBÊNTURES, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

- m.vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - m.viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura;
 - m.ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
 - m.x) pagamento da remuneração.
- n) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- n.i) na sede da EMISSORA;
 - n.ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;
 - n.iii) na CVM;
 - n.iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e
 - n.v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das DEBÊNTURES.
- o) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "n" acima.
- p) manter atualizada a relação de debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA.
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer.
- r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- r.i) à CVM; e
 - r.ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso.
- 6.5.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO é responsável pela verificação da suficiência e exequibilidade das garantias,
- 6.6.** O comunicado aos debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea "m" do item anterior, está à disposição, e será publicado no prazo máximo previsto na alínea "n" do mesmo item, no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão.
- 6.7.** A notificação de que trata a alínea "r" do item 6.5., sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade e cobertura dos debenturistas.
- 6.8.** O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da assembleia de debenturistas, obedecido o *quorum* de instalação previsto no item 8.4. desta Escritura, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:
- a) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
 - b) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
 - c) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA; e,
 - d) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura, nas hipóteses previstas no item 4.14. da presente Escritura.
- 6.8.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "c", e "d" do item 6.8 anterior se a assembleia de debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das DEBÊNTURES em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das DEBÊNTURES em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "b" do mesmo item.
- 6.8.2.** Se qualquer quantia devida aos debenturistas, em virtude desta Escritura, for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.
- 6.9.** A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.
- 6.9.1.** O ressarcimento a que se refere o item 6.9. supra, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas.
- 6.9.2.** As despesas a que se refere o item anterior compreendem, inclusive, o seguinte:
- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - b) extração de certidões;
 - c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

Cláusula Sétima - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

